

**Perfil dos profissionais da socioeducação no Rio de Janeiro:
uma pesquisa coletiva da Escola Estadual de Socioeducação - RJ¹**

Luana Almeida Martins (UFRJ/Rio de Janeiro)
João Vitor Duarte Travassos (UFF/Rio de Janeiro)
Isabelle Cardoso Varanda (UFF/Rio de Janeiro)
Davi França Rodrigues (UFF/Rio de Janeiro)

Palavras-chave: profissionais; socioeducação; Rio de Janeiro

Introdução

Esta paper tem como objetivo central apresentar os dados de uma pesquisa que foi por realizada por nós, em nome da Escola Estadual de Socioeducação do estado do Rio de Janeiro (EES-RJ), com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) e da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (ESGSE-Degase). A EES-RJ foi implementada em dezembro de 2024 a partir de uma parceria entre o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). A parceria busca, seguindo a Resolução nº 244, de 26 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), estabelecer um processo de formação continuada das/os profissionais que atuam com a socioeducação, por meio de cursos, eventos e ações de pesquisa de extensão e, assim, fortalecer os sujeitos atuantes na garantia dos direitos humanos de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

No contexto da institucionalização da EEE-RJ, e considerando os objetivos expressos da resolução do CONANDA, refletimos sobre a importância de realizarmos uma pesquisa que pudesse mapear o perfil das/os profissionais que atuam na socioeducação, de modo a compreender o funcionamento e os desafios na implementação das medidas socioeducativas, sendo este o primeiro trabalho que considera tanto as questões comuns ao meio aberto e ao meio fechado quanto as singularidades de cada modalidade².

Realizamos, portanto, uma pesquisa quantitativa e qualitativa, cujo objetivo principal foi produzir dados sobre o perfil, a formação acadêmica e profissional e as

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

² No Brasil, as medidas socioeducativas, como disposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 112, são as seguintes: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional. As medidas cumpridas em meio aberto (III e IV) são de atribuição dos CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, um equipamento municipal, enquanto as de meio fechado (V e VI) são de competência do DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro, um órgão ligado ao estado.

condições de trabalho de profissionais do sistema socioeducativo fluminense. Além disso, também se buscou mapear cursos e formações que interessam a essas/es profissionais, buscando estabelecer maior interlocução entre as propostas pedagógicas da EES-RJ e as demandas específicas do sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro.

Destacamos, nesse contexto que, mesmo que existam alguns trabalhos sobre o tema, ainda são escassas pesquisas que se debruçam sobre suas condições de trabalho, percepções e práticas cotidianas, além dos efeitos de suas trajetórias profissionais e educacionais no modo como a medida socioeducativa é implementada concretamente. São ainda mais raras quando consideramos as conexões — ou a falta delas — entre meio aberto e meio fechado, o que também se revelou uma dificuldade que enfrentamos, como iremos explorar ao longo deste paper.

Para este paper, escolhemos trabalhar alguns pontos centrais que a pesquisa revelou, bem como seus desafios, que serão expressos no tópico seguinte, ao descrevermos o modo como os dados foram coletados. Em seguida, será apresentada uma análise do perfil das/os profissionais que atuam na socioeducação fluminense, abarcando dimensões como raça/cor, gênero e sexualidade, composição sociofamiliar, renda, religião, idade, tempo de atuação, vínculos de trabalho, além das adversidades e potencialidades percebidas no exercício profissional. Adiante, apresentaremos questões relativas à formação educacional desses trabalhadores, contemplando níveis de ensino, tipos de instituição e curso e se cursa ou cursou pós-graduação e formas de qualificação complementar. Por fim, apresentaremos os principais dados coletados durante as entrevistas, ocasião em que serão aprofundadas as percepções e sentidos atribuídos ao cotidiano de trabalho.

Produção e análise de dados

Os dados apresentados neste relatório foram produzidos com base em duas abordagens distintas. A primeira foi efetuada a partir da aplicação de um questionário por meio da plataforma Google Forms, preenchido de modo autoinstrucional por profissionais que atuam no meio aberto e fechado na socioeducação do Rio de Janeiro. A segunda abordagem foi a realização de entrevistas com essas/es profissionais, o que se deu de forma remota síncrona (via serviço de videoconferência Google Meets) por pesquisadoras/es da EES-RJ de diferentes níveis de formação.

Em relação ao questionário, é importante sublinhar que a elaboração das perguntas se deu de forma coletiva não só entre pesquisadoras/es da EES-RJ, mas em diálogo com diferentes setores do Degase e com a Coordenação Estadual de Média Complexidade,

vinculada à SEDSODH, a fim de tornar as perguntas compreensíveis tanto aos trabalhadores do meio fechado quanto os do meio aberto. Nessa direção, após uma série de reuniões, as/os pesquisadoras/es da EES-RJ propuseram um formulário, posteriormente compartilhado com as referidas instituições.

Ambas apresentaram contribuições para aperfeiçoamento das perguntas, que foram incorporadas até que se chegasse à versão final do questionário. Além disso, o documento foi submetido à apreciação da ESGSE, do Degase, que autorizou a realização da pesquisa junto às/aos profissionais do meio fechado. A primeira pergunta do questionário consistiu na aceitação — ou não — da participação na pesquisa. Dessa maneira, o formulário só pôde ser aberto com a anuência do termo de consentimento livre e esclarecido descrito no cabeçalho do formulário, indicando a participação voluntária e a garantia da privacidade dos participantes. Por isso, o nome das pessoas que responderam à pesquisa não foram nem serão divulgados. Além disso, de acordo com preceitos éticos, o cabeçalho do formulário também indicava que os riscos da pesquisa se limitam a eventuais constrangimentos frente às perguntas, apontando que o respondente poderia, a qualquer tempo, se negar a responder determinado questionamento ou interromper o preenchimento do formulário.

O questionário foi lançado publicamente durante o Simpósio Regional da EES-RJ, ocorrido no dia 26 de maio de 2025, em Niterói. Nessa ocasião e nos demais simpósios que realizamos³, as perguntas constantes no formulário foram apresentadas ao público presente e houve um momento de debate e de apresentação de dúvidas. Os simpósios regionais foram, nesse sentido, uma importante ferramenta de divulgação e discussão do questionário. Além disso, o formulário foi divulgado via e-mail para as pessoas neles inscritas e para aquelas inscritas nos diferentes cursos promovidos pela EES-RJ. O período de preenchimento do formulário foi finalizado em setembro, com o total de 244 respondentes, um dos quais respondeu que não aceitaria participar da pesquisa, totalizando 243 questionários válidos.

Com o objetivo de garantir que a pesquisa fosse representativa das/os funcionárias/os que trabalham com o socioeducativo, foi necessário estimar o número total de trabalhadoras/es, ou seja, funcionárias/os do Degase e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (ou, eventualmente, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no caso de municípios onde não haja CREAS implantado)

³ Em 2025, organizamos uma série de simpósios regionais de socioeducação, ocasião em que profissionais de todas as regiões administrativas do estado tiveram oportunidade de participar. Os eventos ocorreram nos seguintes locais: Niterói, Belford Roxo, Volta Redonda, Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes e Teresópolis, com programação composta por mesas-redondas, palestras e espaços de fala que também contribuíram para a qualificação dos profissionais que atuam na área.

que desempenham atividades relacionadas ao cumprimento de medidas no meio aberto. Para calcular tal estimativa, solicitamos, com amparo na Lei de Acesso à Informação (LAI), à Ouvidoria do Degase o número total de trabalhadores no departamento em 2025 e para a Coordenação Estadual de Média Complexidade, vinculada à SEDSODH, o número total de funcionários que trabalham com as medidas socioeducativas para o mesmo ano.

Como retorno, nos foi informado que nos CREAS do estado do Rio de Janeiro há, atualmente, 1.464 funcionárias/os, das/os quais somente 316 (22%) tem como função principal ou secundária o atendimento de medidas socioeducativas. No meio meio fechado, há 1.986 profissionais, correspondendo a 86% do total de trabalhadoras/es da socioeducação do RJ, do total geral de 2302.

Com 95% de nível de confiança e 6% de margem de erro, a amostra possível para representar todas/os as/os trabalhadoras/es do socioeducativo do Rio de Janeiro seria de 243 questionários. No entanto, as respostas não foram proporcionais entre o meio aberto fechado. Ou seja, há uma sobre-representação dos profissionais do meio aberto que representaram 42% das/os respondentes (com 133 pessoas que responderam à pesquisa), e somente 4% das/os respondentes atuando no meio fechado, ou 84 profissionais. Além disso, há 25 respondentes que afirmaram trabalhar tanto no meio aberto quanto no fechado, por isso não foram consideradas/os para a comparação das/os funcionárias/os do CREAS e Degase, mas são parte importante e constitutiva das análises como um todo, na representatividade de todas/os as/os funcionárias/os do socioeducativo. Por essa razão, os dados que serão apresentados abaixo devem ser considerados mais representativos do meio aberto do que do meio fechado, devendo ser analisados considerando estes recortes.

1. Perfil

Nesta seção, apresentaremos os dados gerais do perfil das/os profissionais que atuam no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, tanto no meio aberto quanto no meio fechado.

1.1. Raça/cor

Em relação à raça/cor, 40,33% dos/as profissionais se autodeclararam pardas/os, 39,51% brancas/os e 19,75% pretas/os. Considerando a classificação racial utilizada pelo IBGE e pelo Estatuto da Igualdade Racial, que compreende pretas/os e pardas/os como população negra, verifica-se que 60,08% das/os profissionais da socioeducação no Rio de Janeiro são negras/os.

Na comparação entre meio aberto e meio fechado, profissionais negras/os representam 59% no meio aberto e 63% no meio fechado. A pesquisa também apresenta outro dado fundamental, que parece haver uma maior presença de pessoas pretas no sistema socioeducativo, com 17% no meio aberto e no meio fechado 23%, em comparação à média nacional indicada pelo IBGE de 10,2% (IBGE, 2022), sobretudo entre profissionais que atuam simultaneamente nas duas modalidades (28%). Os dados indicam que a socioeducação é um espaço majoritariamente negro, tanto entre profissionais quanto entre adolescentes atendidas/os, das/os quais 72,9% se autodeclaram negras/os (Sinase, 2024).

Estudos recentes também apontam a necessidade de ampliar o debate racial no sistema socioeducativo (Vinuto, 2024; Ortegá, 2018; Ribeiro; Benelli, 2017). Por isso, para a pesquisa foi fundamental analisar como as dinâmicas de poder, que são racializadas, atravessam as relações de trabalho no socioeducativo, e podem contribuir nas práticas profissionais, condições laborais e processos de adoecimento e precarização.

1.2. Gênero e sexualidade

Com relação à identidade de gênero⁴, na porcentagem total, a pesquisa identificou a predominância de mulheres entre as/os profissionais (78%), enquanto 22% se identificam como homens. No meio aberto, há maior presença feminina (61%), enquanto o meio fechado apresenta predominância masculina (54%). Apesar da ausência de dados desagregados sobre as/os profissionais dos CREAS que atuam na socioeducação, a pesquisa confirma a predominância masculina no meio fechado. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação mostram que, em fevereiro de 2025, o Degase contava com 1.986 servidores, sendo 597 mulheres e 1.389 homens.

Já com relação à orientação sexual⁵, os dados mostram que 92,2% das/os profissionais se autodeclaram heterossexuais, configurando a composição majoritária, seguidos por 4,9% bissexuais, 2,1% homossexuais; 0,4% pansexuais e 0,4% assexuais.

1.3. Raça/cor e gênero

O cruzamento entre raça/cor e gênero indica que o espaço profissional socioeducativo é racializado e generificado (Vinuto, 2019). Entre as mulheres cisgênero, 32% se autodeclaram brancas, 29% pardas e 17% pretas, totalizando 46% de mulheres

⁴ A identidade de gênero diz respeito ao modo como alguém se reconhece e se expressa em termos de gênero (homem cisgênero, mulher cisgênero, mulher trans, homens trans, travesti, pessoa não binária ou outras identidades).

⁵ A orientação sexual refere-se ao desejo afetivo e sexual da pessoa, indicando por quem ela sente atração (heterossexual, bissexual, lésbica, homossexual, pansexual, assexual, dentre outras orientações sexuais).

negras. Entre os homens cisgênero, 11% se autodeclararam pardos, 7% brancos e 3% pretos, compondo 14% de homens negros. Os dados apontam para um ambiente socioeducativo majoritariamente feminino e negro, evidenciando a centralidade das mulheres negras na implementação da política socioeducativa. Essa predominância aparece tanto no meio aberto quanto no meio fechado: no meio aberto, 49% das/os profissionais são mulheres negras; no meio fechado, 42%; entre aquelas/es que atuam nas duas modalidades, o percentual chega a 58%.

Nesse contexto, os dados mostram como raça e gênero atravessam a composição do trabalho socioeducativo e influenciam a organização das instituições. Assim, a intersecção entre raça e gênero permite compreender como o trabalho socioeducativo é marcado por processos racializados e generificados (Vinuto, 2019).

1.4. Perfil sociofamiliar

Em relação ao estado civil, 39% das/os profissionais da socioeducação são casadas/os, 32% solteiras/os, 15% vivem em união estável, 11% são divorciadas/os e 3% viúvas/os.

Quanto ao número de filhos, 64% das/os respondentes afirmaram ter filhos, sendo 57% com um a dois filhos e 7% com três a quatro filhos, enquanto 36% declararam não ter filhos. Os dados indicam baixa natalidade entre profissionais da socioeducação, acompanhando tendências recentes observadas no Brasil, onde a taxa média de fecundidade foi de 1,55 filhos por mulher, segundo o Censo Demográfico de 2022.

1.5. Renda

Em relação à renda familiar, 36% das/os profissionais afirmaram possuir renda superior a cinco salários-mínimos, 27% entre três e quatro salários-mínimos e 22% entre um e dois salários-mínimos. Os dados indicam que a maior parte das/os respondentes possui rendimento acima da média da classe trabalhadora brasileira, estimada em R\$3.484 no primeiro trimestre de 2025 (PNAD/IBGE). No entanto, a renda não permite compreender integralmente as condições de vida dessas/es profissionais, atravessadas por questões como moradia, segurança e precarização do trabalho.

A pesquisa identificou diferenças importantes entre meio aberto e meio fechado. Entre as/os profissionais com renda superior a cinco salários-mínimos, predominam trabalhadoras/es do meio fechado, em sua maioria concursadas/os. Já entre aquelas/es com renda de até dois salários-mínimos, há predominância de profissionais do meio

aberto, marcados por vínculos mais precários, como contratos temporários e terceirizações.

A pesquisa também identificou que 118 respondentes possuem outra fonte de renda além do trabalho socioeducativo. Dentre elas/es, 53% afirmaram receber mais na atividade complementar do que no próprio trabalho na socioeducação. As principais fontes de renda extra envolvem trabalho público, atividades assalariadas e ocupações informais ou autônomas. Os dados indicam que parte significativa das/os profissionais precisa complementar a renda para garantir condições materiais de subsistência.

Nesse contexto, a necessidade de múltiplas fontes de renda demonstra processos de precarização do trabalho e sobrecarga laboral, especialmente entre profissionais do meio aberto. Conforme aponta Antunes (2018), as transformações contemporâneas do trabalho têm ampliado formas flexíveis e instáveis de contratação, cenário que também impacta as políticas públicas. No campo socioeducativo, a terceirização e os vínculos temporários contribuem para a fragilização institucional e para a desvalorização das/os trabalhadoras/es (Pereira; Tassigny; Bizarria, 2017).

1.6. Religião

O perfil religioso das/os profissionais da socioeducação é marcado pela predominância de pessoas cristãs, com 33% das/os respondentes se declararam católicas/os e 25% evangélicas/os. Ainda assim, observa-se a diversidade religiosa, com presença de pessoas sem religião (16%), espíritas (10%) e adeptas/os de religiões de matriz africana (11%), em proporção superior à média nacional identificada pelo IBGE. Segundo o Censo 2022 (IBGE), no Brasil, há 56,7% de católicas/os apostólicas/os romanas/os; 26,9% evangélicas/os, 9,3 % sem religião (9,3%), 1,8% espíritas e 1,0% de adeptas/os da Umbanda e do Candomblé.

Os resultados indicam que, embora haja predominância de tradições cristãs, o ambiente socioeducativo reúne diferentes crenças e matrizes religiosas, demonstrando diversidade religiosa entre as/os profissionais, maiores do que as médias nacionais.

1.7. Idade

Em relação ao perfil etário das/os profissionais da socioeducação, 37% das/os respondentes têm entre 40 e 49 anos; 23% entre 50 e 59 anos; 22% entre 30 e 39 anos; 9% entre 20 e 29 anos; e 9% possuem mais de 60 anos. Os dados indicam um ambiente profissional predominantemente adulto, com média etária de aproximadamente 44 anos.

O meio aberto concentra maior presença de profissionais mais jovens, especialmente na faixa de até 29 anos (15,8%), enquanto o meio fechado reúne profissionais mais experientes, sobretudo acima dos 40 anos (81%).

No total, 59,5% das/os respondentes têm entre 40 e 59 anos, indicando a hipótese de um corpo profissional marcado pela experiência e permanência na socioeducação, tanto entre servidoras/es estatutárias/os quanto entre contratadas/os.

1.8. Tempo de atuação

Em relação ao tempo de atuação na socioeducação, 24% das/os profissionais atuam há menos de um ano, enquanto 32% possuem mais de dez anos de experiência. Os dados revelam diferenças importantes entre as modalidades de atendimento: entre aquelas/es com menos de um ano de atuação, 86% trabalham no meio aberto, enquanto as/os profissionais com trajetórias mais longas concentram-se majoritariamente no meio fechado, especialmente entre 10 e 20 anos de serviço. A associação entre tempo de atuação e modalidade de trabalho apresentou significância estatística ($p < 0,001$), indicando que profissionais com maior tempo de serviço tendem a atuar no meio fechado. Esse resultado pode estar relacionado à maior estabilidade dos vínculos de trabalho nessa modalidade, marcada pela presença de servidoras/es concursadas/os.

A pesquisa também identificou que 91% das/os profissionais já possuíam experiências de trabalho anteriores, 55% afirmaram já ter atuado com adolescentes antes de ingressar na socioeducação, ao passo que 45% relataram que essa era sua primeira experiência profissional com esse público. Os dados sugerem a presença de profissionais com trajetórias diversas, combinando tanto experiência prévia com adolescentes quanto inserção recente no campo socioeducativo.

1.9. Regime de trabalho

Entre as/os profissionais participantes da pesquisa, 65% possuem vínculo estatutário, 12,8% ocupam cargos comissionados, 9,1% possuem contratos temporários e 7,8% atuam sob regime CLT. Os dados demonstram a predominância de vínculos estáveis na socioeducação, embora coexistam diferentes formas de contratação.

O cruzamento entre regime de trabalho e raça/cor revela desigualdades na distribuição dos vínculos. Enquanto profissionais brancas/os são maioria entre as/os estatutárias/os (43%), profissionais negras/os (pretas/os e pardas/os) concentram-se proporcionalmente mais nos cargos temporários, nos quais representam 77,2% das/os respondentes. Esse resultado reforça a importância de analisar as relações entre raça e

trabalho, uma vez que as desigualdades raciais também se expressam nas formas de inserção ocupacional (Almeida, 2018).

A pesquisa também identificou associação estatisticamente significativa entre regime de trabalho e modalidade de atuação ($p < 0,001$). Os vínculos estatutários concentram-se principalmente no meio fechado, enquanto cargos temporários, comissionados e contratos CLT aparecem com maior frequência no meio aberto. Os dados sugerem que o meio aberto está mais exposto a processos de flexibilização e precarização do trabalho, ao passo que o meio fechado apresenta maior estabilidade funcional. Esse cenário reflete transformações mais amplas do mundo do trabalho e da administração pública, marcadas pela coexistência entre a flexibilização e desvalorização do/a profissional (Mészáros, 2022).

1.10. Adversidades na atuação profissional

Os dados da pesquisa indicam que as adversidades no trabalho socioeducativo estão relacionadas, sobretudo, às condições materiais e institucionais de trabalho. A baixa remuneração foi a principal dificuldade mencionada pelas/os profissionais, aparecendo entre 86% das/os respondentes do meio aberto, 69% do meio fechado e 76% daquelas/es que atuam nas duas modalidades. Também foram recorrentes a falta de reconhecimento profissional (61%), a exaustão no trabalho (56%) e a ausência de um ambiente de trabalho saudável (52%).

Os resultados apresentam diferenças importantes entre meio aberto e meio fechado. Enquanto no meio aberto a instabilidade financeira apareceu de forma mais acentuada — mencionada por 61% das/os profissionais, em contraste com 27% no meio fechado —, no meio fechado foram mais frequentes relatos de exaustão, insatisfação institucional e percepção de um ambiente de trabalho hostil. Os dados sugerem que, embora o meio fechado apresente maior estabilidade funcional, também concentra relações de trabalho mais coercitivas e desgastantes.

A pesquisa também identificou diferenças na percepção das adversidades a partir do gênero. Homens relataram maior medo de trabalhar na socioeducação (26%), maior percepção de atuação em áreas de risco (58%) e mais insatisfação com a instituição (57%). Além disso, 53% dos homens apontaram dificuldades na relação com adolescentes, frente a 21% das mulheres. Esses dados dialogam com a composição de gênero do meio fechado, marcado pela predominância masculina tanto entre profissionais quanto entre adolescentes atendidos pelo sistema (Sinase, 2024).

1.11. Pontos positivos na atuação profissional

O principal aspecto positivo apontado pelas/os profissionais foi o trabalho com os/as adolescentes (77%), indicando a identificação das/os trabalhadoras/es com a dimensão pedagógica da socioeducação. No meio aberto, esse foi o ponto mais citado (82%), enquanto, no meio fechado, destacou-se a flexibilidade de horário (80%).

As relações interpessoais também apareceram como elemento relevante, 72% avaliaram positivamente a relação com colegas de trabalho, especialmente entre profissionais do meio aberto (76%) e do meio fechado (73%). A relação com gestão também foi um dado presente (60%), seguidos por flexibilidade de horário (59%) e autonomia profissional (51%).

Por outro lado, temas como remuneração, previdência social, plano de carreira, estrutura física, carga de trabalho e estabilidade financeira, apareceram com menos frequência entre os pontos positivos. Ainda assim, entre profissionais do meio fechado, 68% apontaram a estabilidade financeira como um aspecto positivo da atuação profissional.

1.12. Busca por outro emprego

A pesquisa identificou que 70% das/os profissionais pretendem buscar outro emprego ou realizar outro concurso público, demonstrando baixa perspectiva de permanência na rede socioeducativa do estado do Rio de Janeiro. Entre os principais motivos apontados, destaca-se a insatisfação salarial, mencionada por 75% das/os respondentes.

Os dados reforçam os resultados apresentados anteriormente sobre as adversidades do trabalho socioeducativo. A baixa remuneração apareceu como principal dificuldade para 79% das/os profissionais, enquanto apenas 24% declararam satisfação com os salários recebidos. Nesse sentido, a insatisfação salarial aparece como um fator central para compreender a intenção de saída da rede socioeducativa, demonstrando os impactos da precarização das condições de trabalho na permanência das/os profissionais e na própria execução da política socioeducativa.

1.13. Relação entre local de moradia e local de trabalho

Dos 243 respondentes da pesquisa, 65% afirmaram morar no mesmo município em que trabalham, enquanto 35% residem em municípios distintos. Em relação ao deslocamento para o trabalho, 46,3% utilizam carro particular e 32,1% transporte público.

Outros meios mencionados foram carro por aplicativo (8,8%), deslocamento a pé (7,5%), bicicleta, moto, carro institucional e carona. Os dados indicam que a maior parte das/os profissionais depende de transporte individual ou coletivo para acessar o local de trabalho, o que pode implicar custos adicionais e desgaste cotidiano relacionados à atividade laboral.

A pesquisa também investigou a percepção de segurança no território de moradia das/os profissionais. Entre as/os respondentes, 75% afirmaram residir em locais seguros, enquanto 21% consideram seus territórios inseguros. A relação entre violência, território e saúde tem sido discutida por Minayo (2006), que destaca os impactos da violência na saúde física e emocional da população. Nesse sentido, residir em locais considerados seguros constitui um elemento importante para as condições de vida e saúde das/os profissionais da rede socioeducativa fluminense.

1.14. Vitimização

A pesquisa identificou que 32% das/os profissionais relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência durante a atuação profissional, sendo que, desse grupo, 60% trabalham em meio fechado. Os dados sugerem que, embora profissionais do meio fechado possuam vínculos mais estáveis, também enfrentam situações de violência que impactam diretamente suas condições de trabalho e saúde.

Em relação ao perfil das vítimas, 41% se autodeclararam pardas/os, 15% pretas/os e 44% brancas/os. Considerando a composição racial do quadro profissional, observa-se que a maior parte dos relatos de violência envolve profissionais negras/os, indicando como desigualdades estruturais atravessam as relações de trabalho no sistema socioeducativo. Quanto ao gênero, 65% das vítimas são mulheres.

Os tipos de violência mais relatados foram assédio moral (64%), ameaça (63%) e insultos e xingamentos (59%). Também apareceram relatos de furto (8%) e assédio sexual (8%). Entre as/os principais autoras/es das violências estão adolescentes (49%), superiores/es hierárquicas/os (38%) e colegas de trabalho (32%), evidenciando que parte significativa dos conflitos ocorre nas próprias relações institucionais.

Apesar da recorrência dessas situações, 67% das vítimas afirmaram não ter realizado nenhum procedimento administrativo após os episódios de violência, resultado semelhante ao encontrado em estudos sobre subnotificação e vitimização institucional (Oliveira Junior; Alencar, 2015; Silva; Godoy, 2017). Os dados apontam a importância de fortalecer mecanismos institucionais de denúncia e proteção às/aos trabalhadoras/es da socioeducação.

2. Quem forma quem? Lacunas curriculares e precarização formativa entre profissionais da socioeducação fluminense.

Uma das questões centrais que buscamos debater neste tópico foi a seguinte: o sistema de ensino superior brasileiro prepara seus discentes para atuar na socioeducação? Como já apontado neste trabalho, os questionários aplicados totalizam 243 trabalhadores do sistema socioeducativo fluminense, e, em relação à questão formação, os dados expõem fraturas estruturais entre o que as universidades ensinam e o que o campo exige.

Para esta seção, entraremos em uma análise a partir de 4 eixos: quem chega à socioeducação; altos números de formação privada; a socioeducação como terra estrangeira na academia brasileira; a formação continuada como um remendo e quem paga a conta.

2.1 O perfil das formações: quem chega à socioeducação?

Os dados revelam uma concentração significativa em quatro formações: Serviço Social (34%), Psicologia (17%), Pedagogia (13%) e Direito (11%). Juntas, essas áreas respondem por aproximadamente três quartos dos trabalhadores. Tais números não são mera coincidência: eles refletem, ao menos em parte, a exigência legal de equipes multidisciplinares previstas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei nº 12.594/2012.

No entanto, essa pluralidade de formações não resulta necessariamente em interdisciplinaridade. Estudos como os de Costa (2006) sobre a pedagogia da presença e de Volpi (2001) sobre o adolescente e o ato infracional apontam que a socioeducação exige uma prática integrada que raramente surge de currículos isolados.

Cada área chega com seus referenciais próprios: o Serviço Social com a perspectiva de direitos e vulnerabilidade social; a Psicologia com abordagens clínicas muitas vezes pouco adaptadas ao contexto institucional; a Pedagogia com ferramentas voltadas ao ambiente escolar convencional; o Direito com uma lógica procedimental que pode reforçar o viés punitivo. Durante o intercurso deste relatório, percebe-se que o campo socioeducativo, por sua vez, demanda uma síntese que nenhum desses cursos, isoladamente, oferece.

2.2 A formação privada como regra: o que isso implica?

Como aponta o Relatório, 62% dos profissionais entrevistados se formaram em instituições privadas. Esse dado deve ser lido em seu contexto mais amplo: a expansão do ensino superior privado no Brasil, acelerada pelo PROUNI e pelo FIES a partir dos anos 2000, produziu um enorme contingente de graduados, mas com qualidade curricular desigual e vínculos historicamente frágeis com pesquisa e extensão - justamente os espaços onde o contato com políticas públicas e populações vulnerabilizadas costuma acontecer (Sguissardi, 2008).

2.3 Sem contato prévio: a socioeducação como terra estrangeira.

Um dos dados mais importantes produzidos em relação à escolarização é que 68% dos profissionais nunca tiveram qualquer contato com a socioeducação durante a graduação - nem em disciplinas, nem em estágios, nem em projetos de extensão. E a consequência imediata aparece no número seguinte: 47% não se sentiram aptos ao ingressar no campo.

Essa "chegada crua" - expressão que emergiu nas entrevistas qualitativas do próprio relatório - não é uma falha individual. É um produto estrutural de currículos que ignoram sistematicamente o campo socioeducativo. Autores como Tejedas (2012) e Oliveira (2013) já identificavam esse hiato entre a formação universitária e as exigências do trabalho com adolescentes em conflito com a lei.

2.4 A formação continuada como remendo - e quem paga a conta

Analisando as respostas sobre formação continuada, 96% dos profissionais avaliam positivamente os cursos realizados após conclusão do Ensino Superior. O número é expressivo e confirma que, na ausência de uma formação inicial adequada, a educação continuada cumpre uma função compensatória essencial. O problema está em quem arca com esse custo: 49% dos trabalhadores financiaram os próprios cursos com recursos pessoais.

No contexto da socioeducação brasileira, essa transferência é ainda mais grave, porque ocorre sobre um trabalhador já marcado pela precariedade⁶. Um trabalhador que recebe dois salários-mínimos, financia a própria capacitação e ainda sustenta dupla jornada não tem apenas um problema de renda - tem um problema de reconhecimento institucional. A formação continuada, quando custeada pelo próprio trabalhador, deixa de ser um direito e passa a ser mais um ônus individual.

⁶ O relatório mostra que 86% dos profissionais do meio aberto apontam a baixa remuneração como adversidade central, e que 53% dos que possuem renda complementar ganham mais fora da socioeducação do que dentro dela.

Com o que foi analisado até aqui podemos perceber que os dados apresentam um retrato de negligência sistêmica no quesito formação dos profissionais da área. A socioeducação recebe profissionais tecnicamente qualificados em termos gerais - 91% com ensino superior, 82% com pós-graduação - mas despreparados especificamente para o campo. A graduação não ensina; a instituição não acolhe; e a conta da capacitação é passada ao trabalhador.

Para além do diagnóstico, os/as profissionais apresentaram demandas concretas em relação a cursos que desejariam ter acesso: ECA/SINASE (66%), políticas públicas (65%) e atendimento a familiares (62%) lideram os temas mais solicitados em formação continuada. Esses números sugerem que os próprios trabalhadores já sabem o que precisam - e que a política pública ainda não respondeu.

3. Percepções dos profissionais sobre o próprio trabalho socioeducativo

Nesta última seção, analisaremos as percepções dos profissionais da socioeducação, que permitem compreender a política socioeducativa a partir de sua dimensão cotidiana, isto é, a partir das experiências de quem executa, interpreta e concretiza as medidas no interior das instituições e dos territórios. Isso porque conhecer o contexto de trabalho desses profissionais é fundamental para compreender os desafios de implementação das medidas socioeducativas, sobretudo porque são as pessoas que traduzem, em práticas concretas, os objetivos previstos no marco normativo da socioeducação. No plano legal, as medidas socioeducativas são orientadas pela Doutrina da Proteção Integral, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, devendo articular responsabilização, garantia de direitos e finalidade pedagógica. Contudo, a realização cotidiana dessa política ocorre em instituições atravessadas por várias limitações materiais. Nesse sentido, Vinuto (2019) demonstra que o trabalho socioeducativo é legalmente atravessado pelo duplo objetivo sancionatório-educativo, o que impõe aos profissionais a tarefa de atuar em uma instituição que precisa, simultaneamente, responsabilizar, controlar, educar e produzir algum horizonte pedagógico (Vinuto, 2019).⁷

Organizamos a análise qualitativa em quatro eixos principais: as relações entre trajetórias profissionais e educacionais; as condições de trabalho; os desafios na execução das medidas socioeducativas; e as razões que motivam a permanência na socioeducação.

⁷ Essa tensão se torna ainda mais evidente quando Juliana Vinuto caracteriza os centros de internação como “instituições híbridas de interface com a prisão”, marcadas por ambiguidades entre socioeducação, disciplina, segurança e privação de liberdade (VINUTO, 2019, pg. 90). Essas palavras são encontradas em praticamente todas as entrevistas realizadas por nós.

Esses eixos permitem observar que a política socioeducativa se organiza através das relações concretas entre profissionais, adolescentes, famílias, equipes, unidades, CREAS, Degase, Judiciário e demais instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos.

3.1 Formação, trajetória profissional e aprendizagem cotidiana

O primeiro aspecto destacado pelas entrevistas diz respeito à relação entre formação educacional e ingresso na socioeducação. Embora os profissionais entrevistados apresentem trajetórias variadas, vinculadas a áreas como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Direito, Educação, Segurança Socioeducativa e Gestão, os/as entrevistados/as apontam uma percepção recorrente de que a formação inicial raramente prepara de modo suficiente para o trabalho socioeducativo, como já destacamos acima. Essa lacuna aparece nas falas de profissionais que afirmam ter ingressado na área sem conhecimento consistente sobre o Sinase, sobre as medidas socioeducativas ou sobre as especificidades do atendimento a adolescentes autores de ato infracional. Expressões como “cheguei cru”, “não sabia o que era socioeducação” e “nunca tinha ouvido falar”, registradas durante as entrevistas, indicam um padrão de entrada profissional marcado pela ausência de formação prévia específica.

Diante dessa insuficiência, a aprendizagem tende a ocorrer no próprio exercício do trabalho. Os profissionais possuem a oportunidade de aprender com colegas mais experientes, com os adolescentes e suas famílias, além de participarem, mesmo que de forma pontual, de cursos e formações profissionais. Essa dimensão da experiência é relevante, pois permite a construção de saberes situados. Ainda assim, quando a aprendizagem cotidiana passa a substituir uma política estruturada de formação inicial e continuada, a responsabilidade pela qualificação desloca-se para o esforço individual do profissional.

A discussão feita por Juliana Vinuto (2019) consegue contribuir também para esse ponto, já que demonstra que o trabalho socioeducativo envolve disputas de sentido sobre a própria função institucional da medida. No caso dos agentes socioeducativos analisados pela autora, o cotidiano profissional é atravessado por enquadramentos distintos acerca do que significa atuar em uma instituição que deve, simultaneamente, custodiar, controlar, educar e responsabilizar. Essa reflexão ajuda a entender por que a formação dos profissionais, além de compreender os vários procedimentos técnicos, precisa, também, contemplar os fundamentos legais, pedagógicos, éticos, raciais e institucionais da socioeducação.

3.2 Condições de trabalho e precarização institucional

O segundo eixo de análise diz respeito às condições de trabalho. Os/as profissionais de socioeducação entrevistados atuam em contextos institucionais marcados por dificuldades estruturais, ainda que tais dificuldades se expressem de formas distintas no meio aberto e no meio fechado. No meio fechado, são mencionados problemas relacionados à infraestrutura das unidades, à inadequação dos espaços de atendimento, à falta de equipamentos, às dificuldades nos sistemas de registro e à sobrecarga de tarefas. No meio aberto, destacam-se a fragilidade das equipes, os vínculos contratuais precários, a dependência da rede territorial e a dificuldade de garantir encaminhamentos concretos aos adolescentes acompanhados.

Essas condições interferem diretamente na qualidade do atendimento. A ausência de espaços adequados prejudica a escuta, o sigilo e o acompanhamento individualizado. A falta de equipamentos amplia a burocratização do trabalho, pois obriga profissionais a duplicarem registros e a reorganizarem suas rotinas em torno de limitações materiais. No meio aberto, a precariedade da rede e dos recursos disponíveis faz com que, muitas vezes, o acompanhamento dependa quase exclusivamente da conversa, da orientação e da tentativa de construção de vínculo. Embora essas dimensões sejam essenciais, tornam-se insuficientes quando não há ofertas públicas concretas de escola, saúde, cultura, profissionalização, esporte, trabalho e renda.

O relatório também destaca que a precariedade laboral não se resume à infraestrutura. Ela envolve vínculos profissionais frágeis, desvalorização simbólica e material, assédio moral institucional e sofrimento no trabalho. Em especial no meio aberto, os contratos temporários podem comprometer a continuidade dos atendimentos, pois a saída de profissionais rompe vínculos construídos com adolescentes e famílias. Como aponta o relatório, a instabilidade do vínculo de trabalho prejudica a política pública, uma vez que a socioeducação depende de continuidade, confiança e acompanhamento regular.

3.3 Desafios na execução das medidas socioeducativas

O terceiro eixo refere-se aos desafios na execução das medidas. O relatório demonstra que a socioeducação se materializa em uma distância constante entre o desenho normativo da política e as condições reais de sua implementação. Essa distância não se reduz a problemas administrativos, pois envolve disputas sobre o próprio sentido da medida socioeducativa, sobre o papel dos profissionais e sobre a forma como adolescentes e famílias são percebidos pelas instituições.

É possível aprofundar esse debate com o trabalho de Juliana Vinuto (2024), o qual mostra que, no cotidiano das unidades socioeducativas, estereótipos racializados podem justificar a centralidade dos procedimentos de segurança em detrimento das atividades educativas. A autora chama atenção para processos de suspeição generalizada e para a naturalização da seletividade penal racial. Essa chave interpretativa é importante para analisar os dados do relatório, pois as dificuldades de execução das medidas não podem ser compreendidas sem considerar os estigmas que recaem sobre adolescentes negros, pobres e periféricos.

No meio aberto, os desafios se concentram na fragilidade da rede intersetorial. A Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade dependem da articulação com escolas, unidades de saúde, assistência social, equipamentos culturais, programas de profissionalização e oportunidades de trabalho. Quando essa rede é insuficiente, a medida corre o risco de se tornar um acompanhamento formal, centrado na presença do adolescente ao serviço, sem condições efetivas de produzir inclusão, proteção e ampliação de possibilidades.

Essa fragilidade repercute também sobre as famílias. Isso porque adolescentes e familiares, especialmente mães e responsáveis, muitas vezes são atravessados por julgamentos morais e formas de responsabilização individualizante. A trajetória do adolescente tende a ser interpretada como falha familiar ou desvio individual, enquanto são secundarizadas as desigualdades estruturais que marcam sua vida. Portanto, os desafios de execução das medidas socioeducativas envolvem, simultaneamente, condições materiais, disputas institucionais, fragilidade de rede e formas de classificação social dos adolescentes. A socioeducação só consegue se aproximar de sua finalidade pedagógica quando, materialmente, a responsabilização e a proteção integral são articuladas a políticas públicas efetivas e ao enfrentamento dos processos de estigmatização racial e social.

3.4 Permanência na socioeducação e sentidos do trabalho

O quarto eixo analisado trata das razões que motivam a permanência das/os profissionais na socioeducação. Apesar das dificuldades relatadas, muitas/os entrevistadas/os atribuem sentido ao trabalho que realizam. A permanência é explicada por diferentes fatores, entre eles a estabilidade profissional, a necessidade econômica, o vínculo com adolescentes e famílias, a identificação com a política pública e a crença na possibilidade de produzir mudanças, ainda que limitadas, nas trajetórias acompanhadas. A estabilidade funcional aparece como elemento relevante, sobretudo no meio fechado,

onde há maior presença de servidores concursados. Em um contexto social mais amplo de precarização do trabalho, o vínculo estável garante segurança material e sustenta projetos familiares. Contudo, essa estabilidade convive com desvalorização salarial, desgaste institucional, conflitos internos e sentimento de baixo reconhecimento.

Além da estabilidade, o vínculo com adolescentes e famílias constitui um dos principais sentidos atribuídos ao trabalho socioeducativo. O relatório registra falas em que profissionais associam sua permanência à possibilidade de “plantar uma sementinha”, produzir escuta, estimular sonhos e abrir perspectivas, ainda que reconheçam os limites materiais da medida socioeducativa. Essa dimensão se aproxima da análise de Juliana Vinuto (2019), sobretudo quando a autora mostra que, no cotidiano do Degase, parte dos agentes socioeducativos identifica a socioeducação com práticas de diálogo, aconselhamento e vínculo afetivo com os adolescentes.

Esse sentido do trabalho, entretanto, precisa ser interpretado criticamente. O vínculo, a escuta e o compromisso ético são componentes fundamentais da socioeducação, mas não podem funcionar como substitutos de condições institucionais adequadas. Quando a permanência das/os profissionais depende sobretudo da vocação, da resistência subjetiva ou da iniciativa individual, há risco de naturalização da precariedade. A potência do trabalho socioeducativo precisa ser acompanhada por valorização profissional, formação continuada, remuneração adequada, estabilidade, infraestrutura e redes públicas capazes de sustentar o atendimento.

Considerações Finais

Com este paper, buscamos apresentar os principais dados produzidos no contexto de uma pesquisa quantitativa e qualitativa com profissionais que atuam na socioeducação no Rio de Janeiro. Como apontado, o primeiro desafio que encontramos diz respeito ao fato de que obtivemos poucas respostas dos questionários de profissionais que atuam no meio fechado e uma porcentagem muito mais representativa do meio aberto. Isso não se apresentou como uma novidade, considerando que em diversas atividades que realizamos no ano passado por intermédio da EES-RJ, tivemos maior adesão de profissionais do meio aberto, revelando uma maior abertura deles com a proposta dos cursos e da pesquisa do que com profissionais que atuam no meio fechado.

Além disso, também indicamos que se trata de um paper que resume pontos que estão presentes no relatório de pesquisa que buscamos agora desenvolver em diálogo com outras pesquisas qualitativas sobre a socioeducação fluminense, considerando a possibilidade de dar maior densidade aos achados aqui apresentados, sobretudo apostando

no diálogo com pesquisas etnográficas realizadas por alguns de nós em outras ocasiões. Esse se coloca, portanto, com o segundo desafio da pesquisa que buscaremos desenvolver com a continuidade das reflexões que esperamos iniciar na Reunião Brasileira de Antropologia de 2026.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Levantamento Nacional do SINASE - 2024*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Universidade de Brasília, 2025

COSTA, A. C. G. *Pedagogia da presença*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2006.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTINS, Luana; VINUTO, Juliana; VASCONCELOS, Ana Paula. TRAVASSOS, João Vitor; VARANDA, Isabelle; MOTTA, Yuri; REDUZINO, Rodrigo; A. PINTO, João Luiz; RODRIGUES, Davi. *Os profissionais da socioeducação: um estudo exploratório sobre trabalhadores que atuam em medidas socioeducativas em meio aberto e meio fechado no estado do Rio de Janeiro*. 2026. (Relatório de pesquisa).

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

PEREIRA, Maria Érica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Mota; BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. *Administração Pública e Gestão Social, Viçosa*, v. 9, n. 3, p. 171-183, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.5138>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5138/pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

OLIVEIRA, M. C. Formação profissional para a socioeducação: desafios e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 115, 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de; ALENCAR, Rafael Augusto da Costa. A predisposição para chamar a polícia: um estudo sobre a percepção do desempenho e da confiabilidade das instituições policiais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 9, n.1, p. 158-170, fev./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2015.v9.n1.447>. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/447/197>. Acesso em: 7 out. 2025.

ORTEGAL, Leonardo. Questão racial e sistema socioeducativo: Uma introdução ao debate. *Socioeducação: Vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes*. CRV, 2018.

RIBEIRO, Igo Gabriel Santos; BENELLI, Sílvio José. Jovens negros em conflito com a lei e o racismo de Estado. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 5, n. 1, p. 245-262, 2017.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, v. 29, n. 105, 2008.

SILVA, Cristiane; GODOY, Márcia Regina. Avaliando a (des)igualdade de gênero e a vitimização. *Revista de Estudos Sociais*, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 96-113, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19093/res.v18i37.3712>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3712/pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

TEJADAS, S. S. *Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

VINUTO, Juliana; FRANCO, Túlio Maia. “Porque isso aqui, queira ou não, é uma cadeia”: as instituições híbridas de interface com a prisão. *Mediações*, v. 24, n. 2, p. 250-277, 2019.

VINUTO, Juliana. “Sementes do mal”: Essencialização e agência na sustentação do racismo em unidades socioeducativas do Rio de Janeiro. *Tempo Social*, v. 36, n. 2, p. 123-145, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070>. ts.2024.221036. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/W36CRJ6c5LJHr5kmY7jJHdc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2025.

VINUTO, Juliana. “Todo mundo aqui é tratado do jeito que merece”: suspeição generalizada e naturalização da privação de liberdade de adolescentes negros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 39, p. 1-18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/39002/2024>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/kPQyMcTMwB5xGT4JFqFh7Wz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2025.

VOLPI, M. (org.). *O adolescente e o ato infracional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.